



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640177 - PB (2021/0013598-3)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : JOALLYSON GUEDES RESENDE E OUTRO
ADVOGADOS : JOALLYSON GUEDES RESENDE - PB016427
THIAGO BEZERRA DE MELO - PB023782
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : WELLINGTON SANTANA MARTINS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON SANTANA MARTINS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0804736-39.2020.8.15.0000).

O paciente está preso preventivamente, desde 20/9/2018, pela suposta prática do delito de tráfico de entorpecentes.

Nesta via, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal por excesso de prazo na instrução processual, pois o acusado está preso há mais de 2 anos e 4 meses sem que esteja encerrada a instrução criminal, o que já denota, por si só, a ilegalidade da segregação cautelar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque no acórdão combatido o relator consignou que (fl. 34):

Da leitura das informações de estilo, extrai-se que o processo tem tramitado dentro da normalidade, observando os limites da razoabilidade, pois trata-se de um processo complexo que envolve vários réus e, consequentemente, vários defensores, sendo que alguns dos acusados residem fora da comarca, o que demanda a expedição de carta precatória, além de haver pedidos de liberdade apreciados pelo Juízo e tudo isso exige uma maior flexibilidade dos prazos, afastando-se portanto a alegação de constrangimento ilegal.

Ora, o constrangimento ilegal injustificado, em qualquer que seja o prazo adotado, só se caracteriza quando resulta da negligência, displicência ou erro por parte do juízo, o que não se encontra no presente caso, seguindo o processo sua regular instrução.

Nossos Tribunais entendem que não há constrangimento ilegal, se o excesso de prazo para o

encerramento da instrução está dentro de um juízo de razoabilidade, seja pela complexidade do processo, seja porque provocado por incidentes processuais não imputáveis ao juiz.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência